

## **Exploração ou povoamento: qual o tipo de pesquisa bibliográfica no Brasil?**

Pablo Jamilk Flores<sup>1</sup>

### 1. PREÂMBULO

Quando estamos na escola, geralmente estudamos a distinção entre dois tipos de procedimento para colonização de uma região conquistada: um deles é chamado de “colônia de exploração” ou outro é denominado “colônia de povoamento”. Pelo que consta nos manuais de história, o primeiro tipo de colônia consiste em, depois de conquistada a “nova terra”, busca-se extrair tudo aquilo que o local pode fornecer: ouro, prata, pedras preciosas, madeiras valiosas, mão de obra etc. O segundo tipo, genericamente falando, os “desbravadores” possuem a intenção de estabelecerem-se na região conquistada, o que, teoricamente, fomentaria o início de uma nova nação.

### 2. O FENÔMENO BRASILEIRO

O caso do Brasil é ímpar: como foi formado por uma forma de colonização que o fazia “ceder” a matéria-prima, deveria ter-se habituado à ideia de exportação, mas não foi desse modo que transcorreu. Houve uma inversão axiológica naquilo que concerne à intelectualidade. Claro que a colônia não havia de produzir matéria-prima intelectual para exportar à metrópole, mas ao menos o diálogo durante anos ou séculos deveria ter fomentado esse processo.

Pensando ainda nesse processo, recobramos uma lição histórica: a colônia manda produtos brutos, recebe os processados; a colônia é extravagante, “selvagem”, a metrópole é

---

<sup>1</sup> Graduado em Letras, Mestre em Letras, Doutorando em Letras.



requintada e intelectual. A velha Europa mostrava que tinha a capacidade de “criar” as novidades da filosofia, da ciência, enfim, do universo do conhecimento. Isso deveria ser levado para algum lugar: para a colônia. Isso porque somente ela receberia, sem questionamentos ulteriores, aquilo que a dimensão “superior” do conhecimento poderia ofertar.

Com o passar do tempo, as colônias que pertenciam ao velho mundo começaram a se tornar independentes. “As treze” que eram da Inglaterra mostraram a pujança e o valor do sistema de povoamento ao se desprenderem da metrópole e trilharem o próprio caminho. Uma relação enroscada entre Brasil e Portugal fez o movimento de independência protelar, recuar até ocorrer por ter vencido o período de latência.

Pode-se dizer que, de um modo muito semelhante, o desenvolvimento da intelectualidade brasileira transcorreu: como se fosse a metrópole do conhecimento. Como não havia fomento para o pensamento em terras tupiniquins, o histórico dos intelectuais mostra que o caminho direto para buscar o desenvolvimento do pensamento era Portugal. Os universitários lisboetas processavam o conhecimento sedimentado oriundo da França, da Alemanha e da Inglaterra. Dentre eles, alguns novos brasileiros que trariam para a “eterna colônia” aquilo que foi aprendido fora, com uma diferença que foi fundamental: a vontade por criar arrefecida! O sentimento de compilação, que dominava o homem médio da Europa renascentista (já velha para a época do 1800), foi, a partir de então, incutido no espírito do pesquisador bibliográfico brasileiro. É claro, com algumas (poucas) ressalvas.

Esse breve relato apresentado pretende apresentar um quadro comparativo entre o processo de colonização sofrido pelo Brasil e o desenvolvimento da pesquisa de natureza bibliográfica brasileira. Por aqui, a pesquisa possui uma natureza compiladora, processadora, como se fosse uma metrópole, mas sem a particularidade da inovação. Quer dizer, o “pesquisador” realiza uma leitura detida de algumas obras, nacionais ou estrangeiras, e apresenta uma síntese do pensamento que, em muitos casos, é a síntese do pensamento de outrem e de outrem *ad infinitum* e *ad nauseum*. Não se trata de uma ofensa, mas isso descredita a natureza da pesquisa nacional.

Tentando trazer esse quadro para a realidade contemporânea, pode-se identificar um pouco desse problema dentro da própria organização da universidade brasileira: nas graduações, as disciplinas fundamentais exigem tradicionalmente fichamentos, resenhas, resumos e outros tipos de avaliação com uma característica em comum: a natureza compilatória. Não se exige a leitura das obras clássicas, o que fica relegado aos cursos de pós-graduação. Esse tipo de comportamento doutrina o pesquisador juvenil (pois o indivíduo que



adentra um curso superior com a intenção de estudar, fá-lo por vontade de pesquisar) a acreditar que o processo é unilateralmente sintético.

Uma das primeiras reações desse indivíduo que está passando pela doutrinação mencionada é acomodar-se ao “cabresto teórico da compilação”, entendendo, por uma visão obnubilada, que não é possível desafiar, tentar ou inovar, pois até que se preencha o *Lattes* com uma infinidade de trabalhos, que são mais contraproducentes do que geradores de conhecimento, não se pode ter crédito por ideia alguma. Pode parecer fatalístico, mas quem passou por um curso de graduação no Brasil sabe que é assim que se trilha o caminho acadêmico.

Em um mestrado, recorta-se o problema da maneira mais positivista e escreve-se uma dissertação sob os padrões de uma falsa modéstia que não serve para fazer o conhecimento avançar, quer dizer, mais compilações e, ainda, é preciso mencionar que o trabalho não vai resolver nada e serve apenas como uma possibilidade de se observar o objeto de pesquisa. Claro, observando o espaçamento entre linhas, a hierarquia bem numerada, a fonte com o calibre correto, a fim de seguir as normas da ABNT, do contrário, o conteúdo do material de nada vale. Vive-se, praticamente, um parnasianismo científico.

No doutoramento, a burocracia faz com que o pesquisador saiba mais de diversas áreas dentro de seu ramo de atuação do que do próprio assunto pesquisado. As teses saem sem uma tese em específico; mais compilações para mostrar que a erudição advém da leitura: é o refinamento daquilo que se aprende nos fichamentos da graduação.

Por mais que se aprenda que a inovação deveria ser a tônica da pesquisa, parece que há um embotamento ou um receio para com o princípio da experiência. Verifica-se isso pela ensaística brasileira. Nunca foi levada a sério, porque não-positivista. Em terras onde a ordem leva ao progresso, como pensar em especulação ou elucubrações teóricas que sirvam de fomento a novos sistemas de pensamento? Isso não significa perder o respeito. A escrita nietzschiana, que transitava entre aforística e ensaística, hoje serve de referência para citação, análise, discussão e compilação (novamente) e, ainda assim, surgiu como uma tentativa de destruição (o martelo dos ídolos) – ou desconstrução – do racionalismo grego, que preponderou até que o mundo intelectual percebesse a necessidade da dimensão dionisíaca do conhecimento.

Bacon, Hume, Nietzsche, Bachelard, estão todos enganados? Propor algo novo, questionar o inquestionável seria tão errado? Ora, não foi exatamente do mesmo modo que o pensamento filosófico iniciou? Por meio do questionamento? Isso quer dizer que, se ficamos apenas matraqueando o pensamento alheio e não construímos nossos próprios ícones do



intelecto, estamos em um estágio de pré-filosofia ou de colonização do pensamento. Isso é um contrassenso, porque o comportamento do pesquisador brasileiro é de metrópole: busca matéria-prima intelectual fora de suas terras, processa e tenta consumir. Na verdade, parece que está estocando muito bem para alguma necessidade ulterior, pois ainda se faz muita ciência sem buscar o que há de valioso em solo nacional.

Talvez o indivíduo mediano pense que isso ocorra em razão da anterioridade, advogando que há de se respeitar o histórico de pesquisa dos grandes centros e sempre recorrer a suas produções. Contrapondo essa visão, responde-se: um grande centro de pesquisa não se define pelo tamanho ou pelo tempo de existência, mas por grandes pesquisas e grandes pesquisadores, por mentes dispostas e arrojadas o suficiente para arrisquem-se a propor novos modos de pensar. Em que pese a escassez de pesquisadores desse tipo, é possível dizer que houve lumes de esperança para o pensamento brasileiro<sup>2</sup>.

Na miríade de pesquisadores-pensadores, estão os nomes de Paulo Freire, Roberto Da Mata, Eduardo Viveiros de Castro e, este talvez mais em evidência do que os outros Miguel Reale. Pela quantidade de periódicos, anais de eventos, publicações nacionais ou estrangeiras, podemos afirmar que esses nomes são poucos. Talvez esses dissidentes do regime de compilação teleológica do conhecimento tenham sido perdoados pelos pecados contra o sistema, por terem sido reconhecidos em outros centos de pensamento. Talvez eles não se tenham acovardado ante a necessidade lustrar a insígnia de mestre ou doutor com publicações ocas, mas bem formatadas, e tenham ousado propor um caminho para que novos pesquisadores pudessem seguir.

O mito platônico da caverna parece fitar bem no caso dos pesquisadores nacionais<sup>3</sup>: eis uma caverna em que homens estão agrilhoados. Atrás deles, uma fogueira; à sua dianteira, sombras que são projetadas em uma parede. Sombras tais que “representam” a realidade fora da caverna. Nós somos os prisioneiros. Agrilhoados estamos, porém há uma particularidade singularíssima: aprendemos a fazer miniaturas das sombras que projetadas estão nas paredes. Vendemo-las, discutimo-las, questionamo-las, mas ainda são pequenas miniaturas daquilo que se vê projetado na parede. Mas quem está colocando esses objetos adiante do fogo? Os filósofos que já se soltaram e que observam a economia minimalista desdobrar-se com algum deslumbramento. Se algum desses prisioneiros descobrir a combinação dos cadeados e tentar sair do local, os próprios colegas de prisão não de questionar: por que fazes isso? *Quo vadis?*

---

<sup>2</sup> Termo que deveria ser cultivado e burilado, pois é emergente a necessidade de se fazer reconhecer a pesquisa bibliográfica brasileira como representante do pensamento nacional.

<sup>3</sup> Evidentemente não a totalidade, mas a maioria.



Talvez seja esse o maior trauma de quem adentra um curso de graduação. Possivelmente o maior “trote” que possa ser aplicado em alguém e, bem por sua natureza, seja aplicado a todos que entram no mundo acadêmico. Não devemos imaginar que há possibilidade de produção de conhecimento, deve-se buscar, antes de tudo, um amálgama de opiniões e repeti-las até que encontremos novas para entrarem no círculo.

O ponto fundamental que pretendo tocar é: o pensamento do pesquisador de motivação bibliográfica está pautado em uma fundamentação epistemológica que tende a fazer apenas exegese, sem nunca propor uma heurística. Isso revela duas coisas: uma tendência à incapacidade de estabelecer um raciocínio crítico que vai da leitura à síntese propositiva, e a descrença na própria habilidade para resolver problemas epistemológicos, relegando tal atividade ao pensamento estrangeiro que, não sei por qual razão, poderia soar mais propenso a tal resolução.

O melhor exemplo para a pesquisa bibliográfica brasileira foi dado pela literatura Modernista. Por mais que as manifestações iniciais não tenham passado de mero *pastiche* das “Vanguardas Europeias”, elas serviram para deflagrar o movimento de revolução literária que culminou na escrita brasileiríssima de Graciliano Ramos ou Guimarães Rosa. Qual a razão para tão grandes disparidades? De um lado, o gênio criativo transcende e cria novas formas; de outro, prende-se cada vez mais o pensamento a moldes fotocopiados.

### 3. UMA POSSÍVEL AURORA?

A reversão de um quadro dessa natureza não é assim tão simples. Anos de pensamento amarrado aos moldes compiladores não fizeram bem ao pensamento brasileiro. Há, no entanto, um vislumbre de alteração desse quadro teórico aterrador. O fomento para a manifestação mais original dos pesquisadores do Brasil deve ser iniciado nos anos iniciais das graduações, buscando algumas mudanças simples:

Primeiramente, deve-se buscar o estímulo à ensaística. O pensamento livre e criativo deve ser estimulado pelos docentes, à medida que o graduando se desenvolve em seu curso. Somente o ensaio pode abarcar esse tipo de mudança, que é qualitativa. O fato de não se tolherem as possibilidades do pensamento fomenta o desenvolvimento da reflexão.

Posteriormente, a inclusão das disciplinas de filosofia, sociologia e antropologia como disciplinas de natureza obrigatória seria fundamental para o aumento da criticidade dos pesquisadores. Muitos vão conhecer Kant, Merleau-Ponty, Hegel, após uma titulação de mestrado. Isso significa que há uma tendência para a *Hard science* (no sentido de Pêrsio



Arida) da pesquisa bibliográfica brasileira. Quer dizer, o desconhecimento das obras clássicas e dos conceitos fundamentais para muitas disciplinas dos cursos de humanas, principalmente, gera um movimento de leitura das compilações (cada vez mais fracas) de conceitos perdidos e reinterpretados. O resultado dessa leitura acaba por encher (talvez seja essa a própria intenção) os currículos acadêmicos de pesquisas ignóbeis sobre a diferença de pronúncia do “r” entre a cidade X e a cidade Y, ou sobre a interpretação do pensamento do filósofo “fulano” na obra “pensamentos e considerações de fulano no século XIX”.

Além desses dois passos, é preciso que as universidades promovam fomento à pesquisa do pensador que efetivamente propõe alguma coisa. Para muito além das compilações e das opiniões sobre assunto, deve-se estimular o pesquisador a estabelecer novas diretrizes, novas formas de interpretar a realidade, novos sistemas filosóficos, mas complexos, mais elegantes, enfim, que façam o pensamento evoluir. É preciso bater palmas e festejar o doutor nacional que, com clareza e humildade, explica que fez uma descoberta, que superou a incapacidade da maioria de desgarrar-se da mentalidade de reunião de leituras.

#### 4. ENTÃO, QUAL É O TIPO DE PESQUISA?

Fechando o percurso discutido, basta considerar o processo de colonização do Brasil para compreender que houve uma aberração entre comportamento de colônia e consciência de metrópole: o Brasil se comporta como uma metrópole na hora de buscar fontes de pesquisa – coleta matéria intelectual bruta, processa e, surpreendentemente, guarda para si, não consome, não cultiva. Não exporta seus pensadores, pelo menos no que tange à pesquisa bibliográfica que, por mais que possua um extenso volume de produção, míngua tristemente por falta de pujança teórica.

Em resumo: a análise sobre o comportamento do pesquisador bibliográfico brasileiro revela que o comportamento do pensamento tupiniquim é o de eterna colônia que tenta brincar de metrópole: supõe um comportamento superior ao sintetizar o pensamento esparso, mas nada traz de novidade.

**Data de recebimento: 02/04/2015**

**Data de aprovação: 22/08/2016**